

ATA DA CENTÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 05-11-2018.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Jaime Caspary, da Paróquia São Vicente Mártir, que se pronunciou acerca da 13ª Romaria de Nossa Senhora Desatadora de Nós. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, João Carlos Nedel, Aldacir Oliboni, Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Mônica Leal e Comandante Nádia manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e oito minutos às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em prosseguimento, foi realizada, com a atuação de José Luís Espíndola Lopes como mestre de cerimônia, solenidade relativa ao transcurso do Dia do Funcionário Público, durante a qual foram entregues diplomas e bótoms a servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre que completam quinze, vinte e vinte cinco anos de serviço no corrente ano. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Barboza, Felipe Camozzato e Aldacir Oliboni. Às quinze horas e treze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Cassio Trogildo e Marcelo Sgarbossa, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral, 1ª Sessão, esteve o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/18 (Processo nº 0757/18), discutido por Cassio Trogildo, André Carús, Adeli Sell, Reginaldo Pujol, Dr. Thiago e Prof. Alex Fraga. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 201/15 (Processo nº 2034/15), o qual teve sua votação adiada, por uma sessão, a Requerimento, aprovado, de autoria de Cláudio Janta. Foi aprovado Requerimento de autoria de Prof. Alex Fraga, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 047/17 (Processo nº 0582/17). Foi aprovado Requerimento de autoria de Alvoní Medina, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 129/17 (Processo nº 1116/17). Também, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Alvoní Medina, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria

constante na Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento de autoria de Paulo Brum, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 025/15 (Processo nº 0251/15). Foi aprovado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 089/18 (Processo nº 0999/18). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 096/18 (Processo nº 1049/18), após ser discutido por Mendes Ribeiro, Reginaldo Pujol, Mônica Leal, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Felipe Camozzato, Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa. Na oportunidade, foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 096/18: nº 01, assinada por Mendes Ribeiro; nº 02, assinada por Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e Adeli Sell; e nº 03, assinada por Mauro Pinheiro. Também, foram aprovados os seguintes Requerimentos, solicitando dispensa do envio de emendas apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 096/18 à apreciação de Comissões Permanentes: de autoria de Mendes Ribeiro, para a Emenda nº 01; de autoria de Marcelo Sgarbossa, para a Emenda nº 02; e de autoria de Mauro Pinheiro, para a Emenda nº 03. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 096/18. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 096/18, por quatorze votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal solicitada por Professor Wambert, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não André Carús, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Professor Wambert e Reginaldo Pujol. Foram aprovadas as Emendas nºs 01 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 096/18. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 096/18, por vinte e um votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert e Reginaldo Pujol e Não Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento de autoria de João Carlos Nedel, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 048/17 (Processo nº 2891/17). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Felipe Camozzato, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral, 2ª Sessão, esteve o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 012/17 (Processo nº 2355/17), discutido por Felipe Camozzato e Adeli Sell. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 084/18 (Processo nº 1272/18). Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, o Presidente declarou encerrada a

Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cassiá Carpes, André Carús e Adeli Sell. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 363/17. Durante a Sessão, Cassio Trogildo manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, José Freitas, Valter Nagelstein e Cláudio Janta e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Paróquia São Vicente Mártir, que tratará de assunto relativo à 13ª Romaria de Nossa Senhora Desatadora dos Nós. O Sr. Jaime Caspary, Padre da Paróquia, está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JAIME CASPARY: Boa tarde a todos e todas, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, que bom estarmos novamente aqui reunidos para, através da Tribuna Popular, expressarmos nosso amor à Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Trouxemos conosco também a imagem da Nossa Senhora Desatadora dos Nós. E também queremos saudar aqui os nossos irmãos e irmãs paroquianos da Paróquia São Vicente Mártir. Viemos de ônibus para este momento também tão bonito nesta tarde de segunda-feira, 05 de novembro.

Como surgiu a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós? É uma devoção até recente. Há 300 anos, na Alemanha, num povoado chamado Augsburg, surgiu a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, a partir de uma pintura, a qual lembra uma frase do grande Santo Irineu, que faz parte da patrística da nossa Igreja Católica. E a frase de Santo Irineu diz assim: “Eva, por sua desobediência, atou o nó da desgraça para o gênero humano; Maria, por sua obediência, desatou esse nó”. Lembramos que, na Bíblia Sagrada, Eva é personagem do Antigo Testamento e Maria, no Novo Testamento, é uma personagem especial, porque é mãe de Jesus, a mãe do Salvador e, conseqüentemente, mãe de cada um e de cada uma. Então, se com Eva nós perdemos a nossa dignidade de filhos e filhas de Deus, com Maria, no Novo Testamento, novamente nós resgatamos essa dignidade de filhos e filhas de Deus. Então a imagem retrata essa realidade. Por isso, também temos na imagem os nós, que são aquelas dificuldades da vida, os percalços na caminhada, os problemas do nosso dia a dia. E quando observamos na sua imagem, temos ali dois anjos que também ajudam Nossa Senhora a desatar os nós. Todo o ser humano tem nós a desatar. Até hoje, não encontramos nenhum ser humano que não tenha nós a desatar. Então é próprio da nossa condição humana, da nossa fragilidade humana. Que bom que Jesus nos deu Maria, a sua mãe, como nossa mãe, para também resgatarmos sempre a nossa dignidade de seres

humanos. Temos, então, os dois anjos que lembram a presença também da parte de Deus que quer nos ajudar, porque os anjos vêm do alto, vêm de Deus e eles têm essa missão de nos guardar. Por isso, como é bom, além de Jesus, além de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, sempre termos também a presença dos santos anjos da guarda para nos ajudarem. Gostaria de lembrar aqui o Papa Francisco tem um grande carinho, um grande amor, uma grande devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, e, ao morar em Buenos Aires, foi provincial dos padres jesuítas, com 36 anos de idade foi escolhido, nomeado provincial. Quando passaram os quatro anos do seu período como provincial, o novo provincial pediu para o Papa Francisco, com 40 anos, fazer um estudo na Alemanha, porém ele não conseguiu concluir esse estudo, porque ele teve um problema sério de saúde e teve que voltar mais cedo para Buenos Aires. Lá na Alemanha, o Papa Francisco se sentiu muito sozinho, foi um dia a Augsburg e lá ele conheceu a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós e, a partir daquele momento, ele se ligou muito à Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Se alguém, um dia, tiver oportunidade de visitar Buenos Aires, na Catedral, nós temos muito forte em Buenos Aires a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Inclusive no Vaticano, o Papa Francisco trouxe de Buenos Aires um quadro muito bonito de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, está na sala onde muitas vezes ele acolhe os fiéis.

Desde 2006, a Paróquia São Vicente Mártir, que fica localizada no bairro Camaquã, na Zona Sul de Porto Alegre, promove a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, em quatro horários. Dois horários pela manhã e dois à tarde; de manhã, temos às 6h30min e às 9h30min; à tarde, temos às 15h30 e às 19h. Em torno de 1.200 e 1.300 pessoas, a cada quarta-feira, passam nesses horários. Alguém poderia perguntar: “Mas, padre, 6h30min da manhã, tão cedo, o pessoal vem?” Digo a vocês que em torno de 70 a 80 pessoas, a cada quarta-feira, às 6h30min, nós encontramos. Depois, quando termina, às 7h30min, eles vão para o seu trabalho, para os afazeres do seu novo dia. Em termos de pessoas, nós percebemos que vêm pessoas de diversos lugares, de Porto Alegre, da Grande Porto Alegre; temos situações de pessoas que vêm do interior do nosso Estado do Rio Grande do Sul; também temos pessoas que vêm de outros estados da Nação; já tivemos situações de pessoas que vêm de outros países para também conhecer a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós. A nossa Paróquia São Vicente Mártir, geograficamente falando, não é muito visível, fica dentro de um bairro; mas, por incrível que pareça, a Nossa Senhora Desatadora dos Nós faz maravilhas. Quantas e quantas pessoas telefonam, entram no *site* da nossa paróquia, entram em contato para ver como chegar até a Paróquia São Vicente Mártir. Até temos motoristas de ônibus que são amigos nossos e nos dizem: “Padre, nas quartas-feiras, a gente passa trabalho, temos que falar sempre para o povo onde fica a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós”. São muitas pessoas que se deslocam, seja de ônibus ou de carro, para esse momento bonito.

Desde 2006, nós fazemos sempre no primeiro domingo de dezembro a nossa romaria. Neste ano de 2018, teremos a 13ª edição dessa romaria. Por isso, também, a romaria quer ter esse significado de, publicamente, pelas ruas da Zona Sul de Porto Alegre, nós expressarmos o nosso carinho, o nosso amor pela Nossa Senhora

Desatadora dos Nós. Dessa forma, também, nós gostaríamos de convidar as senhoras vereadoras e os senhores vereadores para esse momento tão bonito. Estou vendo que já têm em mãos toda programação. Dia 23 de novembro, vamos iniciar a novena. Serão nove noites seguidas e, em cada noite, teremos um tema específico; teremos também, em cada noite, um sacerdote que vai presidir a Santa Missa. Em cada noite, vamos ter uma bênção: em uma noite é a bênção das bíblias, em outra noite é a bênção da água, em outra noite é a bênção dos objetos. Assim são as bênções, algo que é tão especial, tão importante para o nosso povo. Então, gostaríamos de lembrar as nove noites e, sobretudo, o cume, que vai ser nos dias 1º e 2 de dezembro. No dia 1º de dezembro, às 18h, nós teremos a nona noite da nossa novena; depois, teremos um *show* promovido por um casal de Garibaldi. Esse casal, que, com muita competência, faz esse *show*, esteve há pouco tempo na minha terra natal, em Bom Princípio, e o pessoal de lá gostou muito do *show* que esse casal fez, recordando muito a instituição humana chamada família, os valores e os princípios do nosso dia a dia. E depois deste *show*, nós teremos a procissão luminosa, vamos até a paróquia vizinha, no bairro Tristeza, a Paróquia Nossa Senhora das Graças, onde uma procissão luminosa, agora que temos o horário novo, vai deixar a imagem de Nossa Senhora Desatadora dos Nós. E no dia seguinte, às 9h, sairemos a pé, subindo a Av. Otto Niemeyer, com a imagem dela, faremos algumas paradas no caminho, às 10h, a nossa missa campal, presidida pelo Frei Luiz Turra, que é o nosso vigário episcopal do vicariato de Porto Alegre, Pároco da Paróquia Santo Antônio do Partenon, vai nos dar a honra de presidir a Santa Missa e, ao meio-dia, um gostoso almoço; e à tarde, às 14h30min, a nossa missão de conclusão dos festejos.

Então, vamos ter bastante função, bastante atividade, que é tão bom para as nossas comunidades paroquiais. Queria lembrar os três casais que estão aqui, puxando a frente. Estou vendo aqui o Carlos, a esposa dele, a Carla, não pôde estar aqui; estou vendo o Telmo e a Inês, e também queremos lembrar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Convidamos o Padre Jaime Caspary a fazer parte da Mesa.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente, José Freitas, eu quero dar as boas-vindas ao nosso querido Padre Jaime Caspary, à sua comitiva que veio aqui nos visitar, e vem, anualmente, trazer a imagem de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, para que abençoe esta Casa, de onde devem surgir muitas inspirações importantes. Eu quero agradecer o convite para a novena e para a procissão da Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Iremos, ao menos a um ou dois dias da novena e certamente, na manhã, bem cedo, do dia 02, estaremos lá para fazer a procissão e para

participar da missa campal e depois aquele saboroso almoço lá na paróquia. Padre Jaime, é importante a sua vinda aqui fazer o convite a todos os vereadores e vereadoras e também aos funcionários desta Casa para que venham participar dessa novena e dessa festa, para receber as bênçãos de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, pois esta Casa tanto precisa dessas bênçãos. Muito obrigado pela presença e sucesso para essa festa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. Freitas; nosso convidado no dia de hoje, Padre Jaime, parabenizando pela 13ª procissão. Isso tem importância porque todos nós, católicos, acreditamos em algo superior, esse ser superior é Deus. Portanto, não há mais nada no mundo do que, numa atividade como essa, os cristãos renovem a sua fé, a sua esperança. Não é por acaso que a Nossa Senhora Desatadora dos Nós significa... E vi aqui claramente em várias comunidades, Nossa Senhora Consoladora. Lá em Ibiãça, também tem essa fita onde o cidadão faz um nó, faz o seu pedido, exatamente porque a Nossa Senhora Desatadora dos Nós desata os nós, que são as dificuldades da vida que todos nós enfrentamos. E quem não tem doença na família, dificuldade de emprego dificuldade, enfim, que enfrenta toda a semana? É por isso que nós temos que renovar a fé e a esperança.

Nesse sentido, queria parabenizá-lo, parabenizar o trabalho da comunidade, que tem sido sua parceira nessa luta, nessa caminhada, porque a Igreja sem os fiéis ou a Igreja sem a colaboração, com certeza, passaria por dificuldades. Mas é a partir dessa solidariedade e dessa dedicação que, muitas vezes, a Igreja supera, vamos dizer assim, as suas próprias iniciativas, criando um aspecto de acolhimento para as pessoas e também de atendimento aos mais necessitados, que é o que a sua paróquia, a sua equipe faz. Parabéns pelo seu trabalho, renovação de fé e esperança, e boa festa nesse dia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, José Freitas, trazer a nossa saudação ao Padre Jaime e trazer também um abraço fraterno e carinhoso a toda a comunidade que está conosco nesta tarde. Eu falo em meu nome, Airto Ferronato, e em nome do Ver. Paulinho Motorista, também do nosso PSB. Quero dizer da importância que tem a sua presença conosco nesta tarde, juntamente com a comunidade da nossa igreja, para tratar da 13ª Romaria de Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Nós, católicos, cristãos, que acreditamos na vida, em Jesus, em Deus, trazemos

um abraço ao senhor e a todos os paroquianos e desejamos sucesso à nossa romaria, como sempre tivemos. Registro, mais uma vez, a importância da sua presença conosco nesta tarde, quando se discutem diversos temas da cidade de Porto Alegre: é muito bom também falar sobre Deus, sobre Jesus Cristo e sobre Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Um abraço a todos, parabéns e obrigado pela sua presença conosco nesta tarde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Falo em nome da bancada do PTB – Ver. Paulo Brum, Ver. Dr. Goulart, Ver. Elizando Sabino. Quero parabenizá-lo, Padre Jaime, por mais esta edição da Romaria de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, a 13ª, esse importante momento ecumênico de demonstração de fé não só dos moradores da Zona Sul, onde se localiza a Igreja Desatadora dos Nós, mas de toda a cidade de Porto Alegre, de diversos lugares do Rio Grande do Sul e até de fora do Estado. Quero deixar aqui a nossa parabenização por mais esta edição, dizendo que estaremos lá, no dia 02, acompanhando, mais uma vez, essa romaria que é tão bonita e tão prestigiada por tantos fiéis da nossa Zona Sul de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Padre Jaime, é sempre uma alegria receber o senhor aqui com a imagem de Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Eu creio que este ano, mais do que nunca, já que nós assistimos a um cenário de campanhas políticas com um sentimento de ódio tão forte entre as pessoas, é muito bem-vinda a imagem de Nossa Senhora. É um momento em que nós todos, políticos, assessores, paramos para recebê-la e agradecemos o privilégio de termos aqui a imagem de Nossa Senhora abençoando a todos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Muito obrigada, Presidente, caro colega Ver. José Freitas. Padre Jaime – aliás, estou em débito com a Nossa Senhora Desatadora dos Nós, porque faz tempo que não vou àquela comunidade –, mas sabe bem o quanto gosto daquela comunidade e de tudo que aquela Igreja nos traz de bênçãos, de paz, de tranquilidade. Quero falar aqui em nome do MDB, dos meus colegas e dizer que, tão importante quanto tê-lo aqui conosco, é divulgar essa romaria, essa procissão que ocorrerá no dia 02 de dezembro, com uma vasta programação, iniciando-se as festividades no dia 23 de novembro. E termos fé, neste momento em que muitas pessoas perderam a paciência, não são mais resilientes, é do que precisamos, e também precisamos que a Igreja esteja fortificada. É sempre bem-vinda à nossa Casa, e estarei lá, com certeza, retornando aos braços da Mãe. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. Agradecemos a presença do Padre Jaime e de toda sua equipe, deixando esta Casa sempre à disposição de todos os senhores. Sucesso no trabalho dos senhores e que Deus continue os abençoando.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h38min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB) – às 14h45min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período do Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em votação Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Eu agradeço as boas-vindas e digo que é muito bom retornar, estou preparando um extenso relatório da viagem. Quero registrar a forma muito respeitosa e carinhosa com que fui recebido em todas as agendas que tive nas câmaras municipais de vereadores, nos executivos, enfim, aproveitando essa oportunidade para levar Porto Alegre e para trazer também muita experiência. E eu volto muito agradecido, acho que foi – pelo que irei mostrar aos colegas, não hoje, mas no relatório de viagem –, especialmente, um gesto de respeito com a nossa Cidade, vários gestos de apreço à nossa Cidade. Então, eu estou ainda bastante cansado, foram mais de 40 horas de viagem nessa volta, não é fácil, estou um pouco tonto, mas vamos em frente.

Nós temos agora um momento especial aqui na nossa agenda, que é a celebração do dia dos nossos servidores, oportunidade em que também estaremos

homenageando alguns servidores da Casa pelo percurso de tempo de serviço. Então, passo, de imediato, a palavra ao nosso Mestre de Cerimônias José Luís para que conduza a nossa sessão.

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:

Senhoras e senhores, boa tarde. Na presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Valter Nagelstein, damos início à comemoração em homenagem ao Dia do Funcionário Público e às condecorações dos servidores que completaram 15, 20 e 25 anos de serviços prestados a esta Casa Legislativa. Neste momento, damos início à entrega dos diplomas e bótons aos funcionários que completaram este ano 15, 20 e 25 anos de serviços à Câmara Municipal de Porto Alegre.

Convidamos o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Valter Nagelstein, para fazer a entrega aos funcionários que este ano completam 25 anos de serviço junto a este Legislativo. Chamamos para receber a condecoração a servidora Miriam da Fontoura Oliveira.

(Procede-se à entrega do diploma.) (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:

Convidamos o Ver. José Freitas para fazer a entrega aos funcionários que este ano completam 20 anos de serviço junto a este Legislativo. Chamamos para receber a condecoração a servidora Maria Isabel Balado Gamallo.

(Procede-se à entrega do diploma.) (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:

Convidamos o Ver. Rodrigo Maroni para fazer a entrega aos funcionários que este ano completam 15 anos de serviço junto a este Legislativo. Chamamos para receber a condecoração a servidora Ana Paula Vianna Leke Franchetto.

(Procede-se à entrega do diploma.) (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:

Convidamos o Ver. João Bosco Vaz a fazer a entrega à funcionária Cláudia Pasquali Coelho.

(Procede-se à entrega do diploma.) (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:

Convidamos o Ver. Dr. Goulart a fazer a entrega ao funcionário Fabrício Andrei Gomes Fialho.

(Procede-se à entrega do diploma.) (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:

Convidamos o Ver. Paulo Brum a fazer a entrega à funcionária Vera Pivetta.

(Procede-se à entrega do diploma.) (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:

Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores que participaram e prestigiaram esta comemoração. Uma boa tarde a todos.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Muito obrigado. Peço desculpas aos senhores vereadores que não tiveram a oportunidade de serem chamados. Nós gostaríamos de fazer uma foto com os funcionários, mas as funcionárias da Taquigrafia já se retiraram. Muito obrigado pelos serviços prestados à nossa Câmara. Parabéns!

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos. Agradeço o apoio técnico de colocar o vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Quando cheguei na Casa, inclusive, colegas nossos aqui me perguntaram sobre a modificação no trânsito. Então, muito se fala aqui nesta tribuna e entre nós sobre os porto-alegrenses estarem enfrentando, como a maior parte das cidades, um momento difícil de crise financeira e de como melhorar a autoestima da Cidade. Então, eu subo aqui também para saudar esse evento que vai acontecer, que é a Heineken F1, Fórmula 1 Experience, aqui na nossa orla, e dividir com vocês alguns dados sobre isso. Serão mais de 40 mil pessoas que vêm acompanhar esse evento aqui na orla, agora no dia 10 de novembro. A edição do Rio de Janeiro ocorreu nesse dia 04 de novembro. Porto Alegre e Rio de Janeiro são as únicas capitais do Brasil escolhidas para receber esse evento. O evento envolve mais de cem atividades econômicas, direta e indiretamente, só aqui na Cidade. Além do fator econômico, a atração promoverá o mais novo cartão postal da nossa Cidade, fruto de muitos e muitos anos de dedicação das administrações. A marca irá arcar com todas as despesas para a confecção de placas de trânsito que estão sendo feitas na EPTC, ao custo de R\$ 19.154 mil. A limpeza pública será também responsabilidade da empresa, banheiros químicos, reforço e segurança privada. O evento foi aprovado pelo Escritório de Eventos e pagará uma taxa para utilização de R\$ 35.126 mil, cobrada pela Secretaria do Meio Ambiente; pela limpeza urbana, o DMLU também cobrará a taxa de R\$ 5.175 mil, somando aí R\$ 59.456 mil – fora toda a movimentação econômica e turística desse evento.

Então, gostaria de saudar que, neste dia 10, estará acontecendo esse evento aqui na nossa Capital e ressaltar que esses R\$ 59.456 mil vêm neste novo momento em

que a gente discute parcerias público-privadas, vêm mesclando o que esta administração vem tentando buscar: patrocínios e apoios para atividades das mais diversas na nossa Cidade. Mas também quero ressaltar que saiu num veículo de comunicação, numa coluna que todos nós acompanhamos, a Perimetral, a notícia de que há uma grande chance de termos o *réveillon* novamente aqui, e saúdo também a tentativa da administração de, com recursos privados – patrocínio, não recurso público colocado na festa! –, viabilizar essa festa que pode reunir 200 mil pessoas aqui na orla. Quero chamar a atenção, aqui no cantinho, que tem um custo aqui escrito de R\$ 80 mil, fazendo um paralelo com o que a gente vai recolher neste evento, é para compensação apenas do próprio evento, não cobre o que a Prefeitura tem gasto com os banheiros públicos da Cidade, que é o custo médio para manutenção dos banheiros públicos da nossa Cidade. Quero reforçar a importância da discussão do mobiliário urbano aqui em Porto Alegre.

Era isso que eu tinha para dividir com as senhoras e com os senhores. E quero aproveitar, neste tempo que me resta, para explicar para vocês o meu corte de cabelo. Eu quero deixar claro para vocês que uma das pessoas mais importantes da minha vida, que sempre esteve ao meu lado, mesmo nos momentos em que eu estive errado, e é também o pai da minha esposa, são duas pessoas que estão na batalha contra o câncer. E a minha mãe, recentemente, perdeu todo o cabelo. Eu quero, aqui da tribuna, dizer para ela, que certamente sabe o quanto difícil é para nós: mãe, cabelo é só cabelo! Obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver. Janta. Quero cumprimentar os colegas aqui do plenário, os demais que nos assistem pela TVCâmara e também das galerias. Queria aproveitar este espaço para informar aos colegas vereadores e convidá-los para o evento que nós teremos no dia 27 de novembro, aqui na Câmara, organizado pela Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização. Nós faremos um seminário de empreendedorismo, chamado de Porto Alegre 2020, O Futuro do Empreendedorismo em Porto Alegre. Nós teremos aqui dois painéis: um com empreendedores de Porto Alegre contando suas histórias, outro com o Poder Público, representado pelo secretário Maurício Fernandes, pelo secretário Leandro de Lemos e também pelo terceiro setor que interage com a Prefeitura de Porto Alegre. Por último, um painel com o atual CEO, Presidente da StartSe, que é uma empresa que tem suas raízes em Porto Alegre, mas que tem sido um destaque nesse cenário de empreendedorismo disruptivo de tecnologia em toda América Latina. Será no dia 27 de novembro, aqui no Plenário Otávio Rocha, às 19h – o início será às

18h30min, mas as palestras começam às 19h. Então gostaria de deixar todos os vereadores convidados. Teremos diversas entidades parceiras ajudando na organização e na divulgação do evento, sendo que algumas já são parceiras do evento desde o início. Teremos a Associação dos Empresários dos Bairros Humaitá e Navegantes; a Aiesec; a Federação das Mulheres Gaúchas; a Rede Global de Empreendedorismo e tantas outras que estão aí firmando parceria para a execução desse evento. Esperamos em torno de 250 a 300 pessoas aqui no plenário – já temos mais de 160 inscritos no evento. Obviamente, gostaria de contar com a presença dos vereadores para esse momento.

Passado esse rápido aviso, gostaria de deixar uma provocação aqui. Estivemos na CEFOR, na semana passada, discutindo o orçamento, discutindo a apresentação da LOA, Ver. Moisés. Estiveram presentes o secretário Busatto; o ex-secretário Paulo de Tarso; o secretário Adriano; também o secretário Pablo. O que saltou aos olhos durante a apresentação da LOA, foram os seguintes resultados... Na verdade, o Paulo de Tarso pediu para apresentar um pouco dos indicadores e fazer uma prestação de contas do Prometa. Durante a prestação de contas do Prometa, duas das notas que não foram atingidas, o que me chamou bastante a atenção, foram as metas de redução de tempo de atendimento na saúde – e isso porque existe um *software* que está sendo desenvolvido pela Procempa e que não pôde ser entregue a tempo por conta da greve da Procempa – e da questão da minoria na educação, os dados de minoria em matemática e português. Nós tivemos uma greve de professores, prejudicando, por exemplo, a coleta do IDEB, no ano passado. A provocação que eu quero deixar é especialmente com relação à Procempa. Se nós tivéssemos um parceiro privado desenvolvendo um *software* ao invés de uma estatal, nós teríamos essa redução de tempo no atendimento à saúde atendido, já que a greve afeta o serviço que é entregue para a população. Agradeço pela atenção, deixo essa provocação para o plenário.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente em exercício, Ver. Cláudio Janta, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão. Eu queria fazer uma referência nesse período de Liderança do Partido dos Trabalhadores, a várias reportagens que saíram nesse final de semana, dentre elas de alguns jornalistas, que não só chamam a atenção, mas também defendem a livre expressão do pensamento como também a democracia. E quero citar, inicialmente, o Paulo Germano, quando diz o seguinte (Lê.): “Deixem os alunos protestarem em paz.” Se referindo às várias manifestações que ocorreram aqui em Porto Alegre nos últimos dias, sejam da juventude, de universidades, dos colégios, como também os protestos dos alunos com relação à violência contra duas professoras aqui em Porto Alegre.

Mas me chamou bastante atenção, um dos artigos aqui publicados, no dia 05/11, da jornalista Luciana Kraemer, que diz o seguinte: (Lê.): “Acompanhei a

manifestação dos adolescentes atravessada pela maternidade e pela docência. Como mãe de duas meninas, vi o olhar de admiração da mais velha pelas colegas da antiga escola que usaram o horário do intervalo para se expressarem. Ainda no campo materno, percebi pais preocupados com o excessivo espaço que a política poderia estar ocupando na formação dos filhos. Desde então, uma imagem não me sai da cabeça: era 1984. No pátio da minha escola, também na hora do intervalo, um aluno grita: ‘Pessoal, hoje vai ser votada a emenda Dante de Oliveira, que prevê eleições diretas para presidente! É um dia histórico!’ O aplauso foi geral, uma alegria tomou conta. Ali embaixo daquele caramanchão, a gente se sentia vivo. Não teve professor na jogada, o intervalo terminou, e a consequência subversiva disso foi um enorme sorriso, que teimava em não sair da nossa expressão”. A nobre jornalista Luciana, como os demais jornalistas, procura, nesse momento tão tenso que nós vivemos pós-eleições, poder, talvez numa ideia de alguns parlamentos ou de alguns agentes políticos, dizer que toda a manifestação do jovem, seja lá na universidade, seja lá no colégio, seja lá num protesto no Centro da Cidade, ou numa escola, é uma coisa ideológica. Não é uma coisa ideológica e não é uma questão político-partidária. É algo que verte da vontade das pessoas, e saem de ambas as partes e que, portanto, nós, jamais podemos descriminalizar ou tutelar outros movimentos, até porque, na eleição recente, nós percebemos que havia manifestação muitas vezes tão radicalizada que nós mesmos tínhamos uma avaliação que era absurda, mas que, ao mesmo tempo, dialogava com aquele momento político que se vivia e que muitos, seja de esquerda, de direita ou centro-esquerda, procuravam expressar ali a sua própria vontade e a sua vontade de pensamento na sua maioria das manifestações. Portanto, muito oportuno os jornais da nossa Cidade comecem a perceber e divulgar também os pensamentos diversos que surgem para dizer com certeza e afirmar que, ao vivermos um período democrático, qualquer partido pode chegar aqui na tribuna, como em qualquer momento na rua ou até mesmo por iniciativa própria expressar a sua vontade. Nesse sentido que nós temos, sim, que não só defender a livre manifestação de pensamento como também a livre manifestação de movimento, porque as pessoas são livres e nós, com certeza, não podemos tutelá-las. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD) – às 15h13min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão, em 1ª sessão, do PELO nº 003/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 238/14 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0757/18 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/18, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que inclui inc. VI no § 2º do art. 82 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, incluindo a alteração dos limites ou a alteração de regime urbanístico que compreenda a Zona Rural do Município de Porto Alegre no rol de matérias que dependem de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal para aprovação.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM.** Relator-Geral Ver. Paulo Brum: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 129 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 29-10-18.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em discussão, em 1ª sessão, o PELO nº 003/18. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Obrigado, Presidente Cláudio Janta. Primeiramente, agradecer aos colegas vereadores e vereadoras que possibilitaram que nós, nesta tarde, pudéssemos fazer a 1ª sessão de discussão deste projeto de emenda à lei orgânica, de minha autoria, que é muito simples. Na verdade, a ementa, lida pelo Ver. Cláudio Janta, já diz todo o teor do projeto. Como ele terá duas

sessões de discussão e duas sessões de votação, eu, neste momento de discussão, quero apenas pedir aos colegas que ainda não se atentaram a este projeto, que possam aprofundá-lo, pois serão necessários 24 votos em cada uma dessas votações para que possa ser incluída, na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, qualquer alteração do regime urbanístico ou de delimitação geográfica da zona rural de Porto Alegre; serão necessários dois terços desta Casa para futuras aprovações. Esta é uma medida de proteção aos 8,23% do território da nossa Capital, onde, desde 1999, quando foi extinta a zona rural, continuou sendo a zona de produção primária da Cidade e que então, em 2015, por um projeto encaminhado pelo Executivo, foi restabelecida como a nova zona rural de Porto Alegre.

Portanto, gostaria, neste momento de discussão, que os vereadores se atentassem para que, em breve, possamos aprovar essa alteração na nossa Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Muito obrigado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; venho aqui, neste período de discussão, saudar a iniciativa do Ver. Cassio Trogildo, porque nada mais adequado que se tenha um quórum qualificado para deliberação de um pulmão verde, de um patrimônio da nossa Cidade, que é a zona rural. Isso também vem ao encontro de processo que em breve nós devemos ter início aqui na Casa, que é a revisão do Plano Diretor, e também cria um espaço e uma consciência coletiva para que não se façam mudanças casuísticas no regime urbanístico próprio da zona rural, Ver. Prof. Alex. Já são tão poucas as áreas verdes da nossa Cidade, muito embora Porto Alegre, frente a outras metrópoles ou outras capitais brasileiras, tenha um índice *per capita* de área verde superior a todas do País. Nós pegamos o exemplo da Zona Sul e também de um ato que ocorreu ontem, no bairro Ipanema, que foi uma mobilização da comunidade, dos moradores, dos comerciantes, pela preservação do arroio Espírito Santo, inclusive, eu não estava em Porto Alegre, mas previamente avisei a organização dessa atividade às pessoas que nos procuraram. Ali se licenciou um empreendimento chamado Loteamento Ipanema e se desconsiderou todo um desmatamento que possa ser gerado na orla do Guaíba, bem como a impossibilidade de canalização do arroio Espírito Santo. E não é por nenhum ativismo ecológico exacerbado, é justamente pela previsão legal que não pode ser feito isso.

Então, iniciativas como a de V. Exa., Ver. Cassio, que trouxe o exemplo aqui do arroio Espírito Santo, que foi objeto de manifestação ocorrida ontem, são importantes para a Cidade, porque a zona rural não é apenas um pulmão verde, a zona rural é geradora de riqueza, de oportunidade, de emprego, e é um celeiro de produção primária da nossa Cidade. Nós temos, hoje, condições de afirmar, pelo trabalho que é

feito pelos produtores de Porto Alegre, que Porto Alegre é uma referência, dentre as metrópoles brasileiras, de produção primária, e ela se consubstancia na sua zona rural. Então, qualquer alteração que se faça no regime urbanístico dessa área, nada mais adequado que seja feito por um quórum qualificado, por isso a proposta é meritória, importante e nós somos favoráveis a ela. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; colegas vereadores e vereadoras; estamos aqui discutindo o projeto do colega Cassio Trogildo, que trata da questão da área rural de Porto Alegre. É uma questão importantíssima que, na verdade, eu gostaria, Cassio, que a gente retomasse, talvez, tudo isso de forma global na Comissão Especial do Plano Diretor. Talvez consigamos, mesmo aprovando o projeto, depois, fazer com que isso esteja no arcabouço do novo Plano Diretor, com a sua devida revisão.

Em Porto Alegre, há uma verdadeira fúria para avançar sobre a zona rural de Porto Alegre, especialmente em alguns espaços da área rural. Eu já levantei aqui alguns senões junto com o Prof. Alex, na semana passada, enfrentamos colegas aqui que conseguiram aprovar uma mudança importantíssima numa pequena região, mesmo que não fosse propriamente área rural, mas nós sabemos a importância ecológica, ambiental de alguns desses espaços que hoje teimam em detonar com eles. Recebi também, na semana, uma chamada de atenção sobre uma área bem mais próxima aqui, próxima à Ipanema, que também estou a verificar o que nós devemos fazer acerca disso para sua preservação.

Nós deveríamos estar discutindo como, às vezes, tirar uma árvore morta, uma árvore danificada, com galhos que estão prejudicando, para colocar ali uma árvore adequada para aquele espaço. Não fazer, como foi dito uns dias atrás aqui, Camozzato, que o sujeito plantou um plátano no viaduto Otávio Rocha, isso é coisa de quem não sabe nada de arborização, como se diz vulgarmente “se mete de pato a ganso”, e faz essa bobagem – não é isso que nós queremos, muito pelo contrário! Para quem se lembra como era o Parque Marinha do Brasil, no passado, era uma área aterrada, era um areial só, e hoje é uma área verde de que toda uma região da Cidade usufrui com muito gosto e é bom para a natureza de Porto Alegre. Nós devíamos ter muito mais área verde. Discutimos aqui uma emenda minha, inclusive, foi aprovada, que para nós autorizarmos a construção da OSPA aqui, ao lado da Câmara, igual espaço verde tem que ser criado na Zona Norte. Nenhuma medida sobre isso foi tomada até o momento. Eu vou inclusive resgatar ainda este ano, porque sou daqueles, Ver. Alex, que acha que a atividade parlamentar não se resume no número de projetos de lei que se apresenta aqui. Quando eu cheguei aqui, também entrei naquela sanha de apresentar muitos projetos, buscar aprovar projetos, fiz algumas coisas importantes, mas também fiz alguns

projetos secundários, vejo hoje que poderiam ter sido realizados com mobilização junto a instituições. Portanto, nada melhor do que olhar para si, para a sua atividade parlamentar, ter a grandeza de fazer uma autocrítica para poder trabalhar outras questões. Quando eu falo dessa questão da sustentabilidade, não falo só da chamada área rural em Porto Alegre. Dias atrás aqui, fiz uma autocrítica sobre essa mania da esquerda, do centro e da direita de querer fazer casinha para pobre. Nisso, as visões político-ideológicas são totalmente iguais, do DEM ao PT, com a mania de fazer casinha para pobre. Quando eu acho que a evolução da construção tem que ser verticalizada com mais áreas verdes, com mais áreas de lazer e não um monte de casinha, uma amontoada ao lado da outra. Isso tem que ser dito, tem que ser falado. Eu vou estar representando o Partido dos Trabalhadores na comissão especial do Plano Diretor, eu vou radicalizar esse debate, Camozzato, estou já dizendo de antemão para que nos preparemos, que estou estudando um novo urbanismo. Eu acho que nós trabalhamos ainda com o velho urbanismo. Então, nesse sentido, vou acompanhar e apoiar o projeto do Ver. Cassio Trogildo, no entanto, me reservo a essas questões que estou colocando aqui para que façamos isso de uma forma articulada com a comissão especial do Plano Diretor, que deve ser articulada aqui a partir do ano que vem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esse projeto de autoria do Ver. Cassio Trogildo é extremamente relevante e ensinará, como já se denuncia na Casa, um amplo debate a respeito de um tema da maior relevância, que é, em razão última, a ocupação espacial das áreas existentes na cidade de Porto Alegre. Alguns anos atrás, quando da votação que instituiu o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, daí as circunstâncias de ser o primeiro, nós concordamos com a proposta oriunda do Executivo da época, comandado pelo Partido dos Trabalhadores, que, basicamente, sustentava que, em verdade, ao contrário do que se dizia na ocasião, não estava se extinguindo a zona rural de Porto Alegre, e sim dando um novo nome para aquela área, que passava a ser área de produção primária, como ficou definido em legislação vigorante até dez anos atrás. O Ver. João Antônio Dib, grande vereador, ficou inconformado com essa decisão e sempre pugnou pelo restauro da área rural em Porto Alegre. Obviamente, a restauração, nos termos que o Ver. João Antonio Dib pretendia, era totalmente impossível, na medida em que a nova lei de desenvolvimento urbano da Cidade introduziu a política ambiental em vários locais, especialmente nos topos de morro, no arquipélago por inteiro, que até a vigência da Lei nº 434 era considerado de áreas rurais e passou a ser entendido como de Áreas de Preservação Permanente, áreas ambientais. Então, aos poucos, foi se redefinindo essa polêmica, surgindo, inclusive, uma teoria, uma posição,

segundo a qual o que definiria área rural não seria a geografia, e sim a atividade, porque alguém poderia ter, fora da zona dita rural, uma propriedade ou uma atividade própria da produção primária e não ser considerado ocupante da área rural. Ao contrário, dever-se-ia ter uma definição clara do que seria área rural; e aí se buscou ter. Aí começou, Ver. Cassio Trogildo, o grande problema. É que tudo o que tinha que ser feito não foi feito, por omissões sucessivas. As áreas rurais deveriam ser definidas em função do estabelecimento de uma base mínima de produção primária para não se transformar em mais um sítio de lazer sob o pretexto de que era uma área rural, quando, na verdade, era um sítio de lazer dentro da área rural. E o sítio de lazer não é uma coisa errada porque é positivo para o lazer e para o turismo. Então, o assunto é complexo. E eu, que tenho mania de fazer casinha para pobre, Ver. Adeli Sell, e fiz muito, tenho outra mania maior ainda: de evitar que, não se fazendo a casinha para pobre, uma perto da outra, como foi aqui dito, se permita a invasão das áreas desocupadas e que efetivamente não sejam área rural propriamente dita, pela sua atividade. Então, a complexidade do projeto é muito grande. Teremos a oportunidade de discutir, num segundo momento, quando a matéria vier à discussão, vou conversar muito com o autor da proposta, que é um dos melhores vereadores que conheci em todas as nove legislaturas das quais participei, e que, muito responsabilmente, propõe este projeto, que nós haveremos de adequar, objetivamente, para permitir que o que é buscado alcançar-se seja efetivamente alcançado, sem deixar dúvida nenhuma. Nem permitir que, mais uma vez, volte para os escaninhos do Executivo, que, por interpretações, decretos e regulamentos, acaba mudando, às vezes, o que efetivamente foi votado nesta Casa. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Cassio Trogildo, proponente da matéria, quero lhe dizer que vou votar com o senhor nesta matéria, a sua preocupação é bastante pertinente já que a zona rural de Porto Alegre é uma conquista da Cidade, é uma conquista daquelas comunidades do entorno do mesmo conjunto da sociedade. Acho que esta Casa teve um papel fundamental nesse processo, independente da vontade do Executivo, a Casa conseguiu construir esta matéria, esses limites da zona rural, respeitando o desenvolvimento sustentável, respeitando aquelas comunidades e, principalmente, tendo a clarividência de que nós precisamos resguardar isso para as futuras gerações. Lami, Belém Novo, Lageado, Ponta Grossa, Chapéu do Sol, parte de Ipanema precisam continuar tendo a zona rural. A zona rural é fundamental, é uma característica desta Cidade, está no DNA de Porto Alegre. Nós temos importantes produtores rurais nesta região, hoje, inclusive, a 33ª edição da Festa do Pêssego de Porto Alegre, da qual sempre participamos. Nós temos os Caminhos Rurais, cada vez mais pungentes no que se refere ao ecoturismo. Se tivermos um pouco mais de clarividência para o futuro,

temos a possibilidade de um transporte hidroviário que vá além do BarraShoppingSul, podendo chegar até Ipanema, Belém Novo, Lami. Sempre é dito aqui que esta viagem não é sustentável. Eu discordo disso. Acho que, através da implementação de uma linha-turismo, nos fins de semana, vamos descobrir que temos demanda para esse tipo de transporte e vamos poder fomentar mais ainda, na área rural de Porto Alegre, o ecoturismo, o turismo ecológico que a Cidade e o Extremo Sul, tanto Lami, quanto Belém Novo, quanto Lageado, quanto Ponta Grossa, quanto Itapoã, se prestam muito para esse tipo de atividade, por isso a importância de termos, nesse tipo de matéria - e qualquer mudança que for ocorrer no que se refere à zona rural, sim, uma votação mais expressiva da Casa nesse sentido. Então, para que mudanças ocorram nessa área rural de Porto Alegre, o seu projeto fala que nós deveremos ter uma votação mais expressiva, uma maioria mais expressiva do pensamento político da Cidade. Então, quero dizer que eu me identifico com essa proposta e votarei junto com o senhor, para que nós possamos, sim, quando tivermos, eventualmente, que fazer alguma mudança, que nós tenhamos que pensar bastante nisso para preservar ao máximo a zona rural da Cidade. Muito obrigado. Volto aqui a dizer e a mandar um forte abraço àquela população sofrida do Extremo-Sul da Cidade, mas que da mesma forma é uma população extremamente acolhedora, extremamente afável, muito carinhosa no trato com todos nós, principalmente com aqueles que a representam. Por isso estamos juntos com o senhor nessa proposta, vereador. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 003/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; público que nos assiste pela TVCâmara; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta. O projeto de lei que está em 1ª sessão de discussão neste momento, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, traz a esta tribuna e a este plenário, na tarde de hoje, um tema que é muito sensível para boa parte da população da nossa Cidade, a questão da preservação do nosso cinturão verde, restrito, atualmente, principalmente à região sul, o Extremo-Sul da nossa Cidade, a zona rural, cuja reimplantação se deu recentemente, já que nós havíamos, durante um bom período da história da nossa Cidade, mudado as diretrizes dessa região para zona rururbana, agora novamente está instituída a zona rural. Como formado em ciências biológicas, não me considero um ambientalista, mas tenho algum conhecimento acadêmico a respeito do tema, defendo bastante que esse tipo de matéria tenha a tendência de aumentar a possibilidade de preservação dos nossos recursos naturais. Durante a minha vida acadêmica, tive a oportunidade de, em alguns momentos, estar na presença do ilustre ambientalista José Lutzenberger, frequentei alguns encontros, palestras e seminários em que Lutzenberger era figura central das falas, era o principal orador do evento. Algumas coisas nós sempre pescamos desses momentos; uma delas é que

Lutzenberger defendia que plantar árvores não deve ser única e exclusivamente um ato de militância ambiental. Deve ser um ato de racionalidade, pois quando plantamos uma árvore, precisamos ver o que está em volta e, principalmente, olhar para cima, se isso não vai afetar, por exemplo, a iluminação pública ou a fiação elétrica e telefônica. José Lutzenberger, por formação, era engenheiro agrônomo, não era biólogo. A área de atuação ou de formação acadêmica do Lutzenberger era a área mais focada justamente na produção, e não na preservação. Mas, como homem visionário que era, Lutzenberger era muito sensível a respeito das causas da natureza, da preservação das espécies vegetais e animais nativas e, por isso, defendia bastante a nossa zona rural como um espaço verde rico, que, por ser zona rural, consegue manter boa parte da preservação das nossas espécies naturais. Portanto, citando o tão célebre defensor das causas da natureza e do nosso ambiente natural, deixo o meu recado em defesa desse tipo de proposta. Parabéns ao Ver. Cassio Trogildo, eu espero que a essência do seu projeto se mantenha e que não tenhamos emendas que coloquem jabutis no projeto. Vamos estar ao lado do seu projeto, justamente para garantir que haja a preservação, mas sem abrir precedentes para que essa natureza já combatida seja mais explorada do que já vem sendo nos últimos anos. Esperamos contar com esse projeto brevemente para apreciação e votação neste plenário. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Está encerrado o período de discussão, em 1ª sessão, do PELO nº 003/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2034/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 201/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que obriga a divulgação da nomenclatura Sistema Único de Saúde (SUS), do seu símbolo oficial e do número de sua ouvidoria nacional nos espaços que especifica, bem como obriga os laboratórios conveniados com o SUS a afixarem relação dos exames realizáveis por este.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Rodrigo Maroni: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela rejeição do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela aprovação do Projeto; Relatora Ver^a Fernanda Melchionna: pela aprovação das Emendas nºs 01 e 02;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Adeli Sell: pela aprovação do Projeto; Relator Ver.

Marcelo Sgarbossa: pela aprovação das Emendas nºs 01 e 02 (empatado);
- da **COSMAM**. Relator Ver. Dr. Goulart: pela rejeição do Projeto; Relator Ver. Paulo Brum: pela aprovação das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Emendas nºs 01 e 02;
- adiada a discussão por cinco Sessões em 13-02-17;
- discutiram a matéria os Vereadores Márcio Bins Ely, André Carús, Adeli Sell, Cláudio Janta e Dr. Goulart em 08-05-17;
- incluído na Ordem do Dia em 28-03-18.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em discussão o PLL nº 201/15.
(Pausa.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Não cabe mais adiamento?

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Só da votação.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Perfeito.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O senhor está encaminhando?

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Não, era só uma dúvida, porque o vereador não se encontra.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Tendo em vista a ausência do vereador autor deste projeto, esta presidência, de ofício, faz um requerimento solicitando o adiamento da votação do PLL nº 201/15 por uma sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a discordância dos vereadores Adeli Sell e Mendes Ribeiro.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, o Ver. José Freitas, autor do projeto, solicita o adiamento da discussão do PLL nº 047/17 por duas sessões.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 129/17 por uma sessão.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que, na próxima sessão, o PLL nº 129/17 seja o primeiro a ser discutido e votado.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, o Ver. Paulo Brum, autor do projeto, solicita o adiamento da discussão do PLL nº 025/15 por duas sessões.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 089/18 por uma sessão.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1049/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 096/18, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que institui o Programa Adote a Saúde.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 29-10-18.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em discussão o PLL nº 096/18. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colegas, público que nos acompanha pela galeria e na TVCâmara; quando se começa a pular projeto, adiamento, quando chega o próximo, a gente fica com medo se vai ter quórum ou não para aprovar o nosso projeto. Nós temos que ter cuidado com esse número de projetos que a gente vai adiando e botando para outra sessão. Vamos votar, porque a gente fez tanta força para botar os nossos projetos em pauta, aprovar os nossos projetos, então, vamos aproveitar que tem o número de vereadores e vamos votar esse projeto importante para a cidade de Porto Alegre. Esse projeto é bem simples, é um projeto que tem como objetivo incentivar a sociedade civil organizada e as pessoas jurídicas a participarem na melhoria da qualidade da saúde pública municipal por meio de conservação e manutenção das infraestruturas das nossas unidades de saúde. O que pode ser feito nesse programa? Doação de recursos materiais, equipamentos e insumos pertinentes, além de realização de obras aprovadas e elaboradas pelo Poder Executivo. Esse programa criado não ultrapassa o limite do Poder Executivo, sendo que a única troca é a possibilidade da veiculação da publicidade destinada e organizada pelo Poder Executivo. Esse é um projeto bem simples, projeto muito parecido com o Adote uma Praça, na cidade de Porto Alegre, que a gente sabe que é um projeto que tem sucesso. Tem praças hoje adotadas que têm um bom aproveitamento da sociedade, e é isso o que a gente quer fazer com as nossas unidades de saúde. Em vez de investir em infraestrutura, que se invista em médicos, medicamentos e serviços para a população. Conto com o apoio dos Vereadores para que a gente possa aprovar esse bom projeto, que vai qualificar a saúde pública do nosso Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 096/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o projeto de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que institui o Programa Adote a Saúde, foi já objeto de um exame conjunto das comissões, que, unanimemente, opinou pela inexistência de óbice de natureza jurídica, pela tramitação dessa matéria. Quanto ao mérito, recomendou a aprovação. Em verdade, havia uma certa dúvida no parecer prévio, que opunha algumas restrições acerca da constitucionalidade da matéria. O Ver. Ricardo Gomes, que foi o relator-geral, é integrante da CCJ. O parecer do órgão técnico da Casa é uma manifestação acessória, de modo que o vereador não precisa estar cingido a este parecer, ele pode dele discordar, se tiver fundamentos satisfatórios nesse sentido. E me parece que essa é a razão pela qual o Ver. Ricardo Gomes, textualmente, afirma a constitucionalidade e a

legalidade da proposição. Aliás, me parece que esses projetos programáticos, Ver.^a Fernanda Melchionna, que, de certa forma, devem substituir aquele outro projeto que foi declarado fora da nossa possibilidade jurídica – que é o permissivo, aquele que permitia, que propunha, que adicionava alguma coisa ao mundo jurídico da Cidade, ao talante do prefeito, que poderia não executar a matéria –, esses projetos, repito, programáticos têm que ser considerados no seu mérito. Alguém poderia dizer: “Melhor seria se tivéssemos feito uma indicação”. Eu acho que, tradicionalmente, o projeto de lei tem – e isso é muito importante, às coisas não basta parecer, têm que ser – muito maior amplitude do que a indicação nos termos em que ela está colocada. A indicação vai ter que ser transformada brevemente em projeto de lei indicativo. Estou fazendo um estudo nesse sentido, para ver se consigo contornar essa deficiência que o nosso atual estamento consolidou ao sacramentar a indicação nos termos em que sacramentou.

Sr. Presidente, nós devemos considerar que a situação de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade envolvendo o município de Novo Hamburgo. Em ambas, tem que ser levado em conta que a Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo é semelhante à nossa, mas não é a nossa Lei Orgânica; o Regimento Interno da Câmara de Novo Hamburgo é semelhante ao nosso, mas não é o nosso Regimento. O Rio Grande do Sul tem uma situação diferente na maioria dos estados da Federação, em que a Assembleia Legislativa dita, estabelece, fixa uma lei orgânica única a valer para todos os municípios daquele estado, podendo apenas ser condicionadas naquelas peculiaridades que a Constituição Federal estabelece no interesse local, cuja prerrogativa é assegurada aos gestores do município, aos seus legisladores.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que essa proposta merece a nossa atenção e, sobretudo, o nosso apoio. Eu estou decidido a apoiar o projeto de lei do Ver. Mendes Ribeiro...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): ...votarei a favor e vou concitar os companheiros vereadores e as companheiras vereadoras a que assim também o façam. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 096/18.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Ver. Cláudio Janta, que preside os trabalhos na tarde de hoje; diretor Luiz Afonso, vereadores, vereadoras, nossos colegas, pessoas que nos assistem; bons ventos sopram sobre a Câmara Municipal de Porto Alegre. Fiquei tão feliz, Ver. Mendes, quando li o seu projeto que institui o Programa

Adote a Saúde! Nós sabemos que, assim como a grande preocupação das pessoas é com médicos, com enfermeiros, com atendentes de enfermagem, com remédios, é também com a situação dos postos de saúde, com a estrutura que oferecem aos pacientes. Então, fica instituído o Programa Adote a Saúde, com o objetivo de incentivar pessoas jurídicas e a sociedade civil organizada a contribuírem para a conservação e a manutenção das unidades básicas de saúde do município de Porto Alegre. Aí vem a doação de equipamentos e materiais pertinentes, obras, reformas, ampliações, conservação. É muito importante isso. Nós sabemos que esses locais, com o passar do tempo e, também, com a utilização, carecem dessa manutenção, dessa tecnologia toda, dessa novidade, desse cuidado. O Ver. Mendes Ribeiro teve a feliz ideia de contribuir com uma área que fala do nosso bem maior, que é a saúde.

E qual é a contrapartida? Ver. João Bosco Vaz, o senhor me perguntava sobre a contrapartida. No art. 6º, diz que fica permitido ao adotante, após a assinatura do termo de cooperação, veicular publicidade alusiva ao acordo celebrado, cujo ônus será de sua inteira responsabilidade. Então, ganham vários lados: ganham os pacientes, ganham os médicos, o Município, a população. A política é trabalhar pelo bem comum. O Ver. Mendes Ribeiro teve a feliz ideia de promover esse projeto. O outro lado, que é o adotante, vai ganhar uma maneira de fazer sua propaganda, de dar visibilidade a seu negócio de uma forma legal. Parabéns, Ver. Mendes Ribeiro, conte não só com o meu voto, mas também com o meu total apoio. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 096/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Ver. Janta; quero seguir na mesma linha dos colegas, dizendo que esse é um projeto simples e objetivo: institui o Programa Adote a Saúde. Na realidade, qual o vereador – numa linguagem simples – que já não ajudou um órgão da Prefeitura? Seja como eu, com doação de material esportivo; seja, às vezes, uma doação para uma escola, para um evento da Prefeitura. Quem não fez isso? Qual é o cidadão que, quando solicitado, não fez uma doação para os órgãos institucionais da Prefeitura? Não tem como negar, Ver. Oliboni. Os professores passam dificuldades, a saúde passa dificuldades. O dia a dia na comunidade é que praticamente mostra a realidade das questões do Município. Posteriormente, nas Comunicações, eu vou vir à tribuna e mostrar como as secretarias não se correspondem, como as secretarias não fazem uma parceria para melhorar a Cidade. No caso específico que vou citar aqui, é em relação a um ginásio de uma escola. Tudo o que o cidadão puder ajudar principalmente aquele órgão que está na sua comunidade... As associações fazem isso; voluntariamente, o cidadão faz isso. A Prefeitura diz claramente que não tem mais condições de atender a sociedade.

Portanto, esse projeto é simples, como a adoção, por exemplo, de equipamentos e materiais pertinentes, isso sempre após análise da Prefeitura, ninguém

vai chegar lá e fazer por conta. A pessoa ou a entidade vai querer doar, vai querer contribuir com aquela instituição no município que está na sua região, ou em várias regiões. Uma das questões que é contraditória no Município é a pessoa fazer um empreendimento numa região e fazer a contrapartida noutra. Eu acho totalmente o contrário e ruim isso aí, perde a sociedade daquele bairro. Nesse caso especificamente, Ver. Mendes, o projeto é muito bem-vindo. O prefeito não se queixa tanto de que está faltando aqui e acolá? O prefeito não se queixa tanto de que a Câmara não auxilia? A Câmara está se abrindo cada vez mais. São testemunhas os meus colegas de que, quando em reunião com o prefeito, eu disse e continuo dizendo: “Vamos fazer o que é possível”. A Prefeitura perdeu muito tempo sem fazer o possível. Não fez o possível e está correndo atrás da máquina, o tempo está passando. Se fosse o possível, esta Casa já teria aprovado até o IPTU, Ver. Carús, com recuperação anual em oito ou dez anos. A Prefeitura já teria dinheiro, e o Município já teria outra circunstância. Isso é um exemplo de que a Casa está aberta à negociação, e o que é possível nós vamos fazer. Obrigado, Janta, comandando os trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 096/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Ver. Cláudio Janta, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu também, neste momento de discussão, Ver. Mendes Ribeiro, gostaria de parabenizá-lo pela proposição deste projeto. Acredito que, principalmente em momentos de crise econômico-financeira, não podemos não ter a possibilidade, Ver. Paulo Brum, de buscar, na iniciativa privada e na sociedade civil, alternativas de ajuda para poder melhorar, em especial, a nossa área da saúde.

É um projeto simples, como foi falado pelo Ver. Cassiá Carpes, mas que pode, sim, trazer muitos frutos para a área da saúde em Porto Alegre. Conversando com o Ver. Mendes Ribeiro, eu sugeri... No art. 1º, fala da possibilidade de incentivar pessoas jurídicas da sociedade civil organizada. Eu perguntei: “Por que não abrir para pessoas físicas?”. Muitas vezes, as pessoas, individualmente, também têm vontade de contribuir. Se apresentando essa possibilidade, sugeri que fosse feita uma emenda, para que as pessoas físicas que tenham capacidade econômico-financeira e que não tenham uma empresa, não participem de uma alguma entidade, Ver. Adeli, também possam fazer essa contribuição.

Outra ressalva que eu acho que é importante de se colocar é quanto à publicidade, até porque está se trabalhando aqui na questão do mobiliário urbano. Eu entendo que, nessa questão, se precisam restringir todas as demais publicidades, para que se tenha mais valor econômico na licitação do mobiliário urbano. Não sou contra a publicidade, porque alguma contrapartida é necessária, mas que se tenha uma emenda no sentido de que essa publicidade tenha aprovação e avaliação da Secretaria Municipal da Saúde. Entendo que o art. 6º ficou um pouco aberto, e o autor logo concordou. Até

para não precisar encaminhar, Ver. Paulo Brum, Ver. Elizandro Sabino, não sei se V. Exas. vão fazer a discussão, mas já quero antecipar que a nossa bancada votará, Ver. Mendes Ribeiro, favoravelmente à aprovação desse projeto. Como a ideia é sua, que V. Exa. possa pensar a extensão de outros projetos para outras áreas da administração municipal, como a educação, a cultura, o esporte e tantas outras, que elas também possam contar com uma iniciativa com essa abrangência. Parabéns, o meu muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 096/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver. Janta; caros colegas, queria iniciar saudando o Ver. Mendes pela iniciativa do projeto, acho que é um projeto que vem contribuir com a prestação de serviços públicos do Município. É um projeto importante que, de maneira inteligente, e também se utilizando daquilo que a Cidade já tem experiência, daquilo que o cidadão de Porto Alegre já tem experiência, consegue fazer uma melhor utilização dos recursos e, obviamente, possibilitar mais atendimento e um ganho de qualidade nos serviços públicos prestados na área. É um projeto que tem o nosso apoio. Desde o princípio, quando conhecemos o projeto, achamos que era muito bem-vindo para a nossa Cidade. Por isso fiz questão de subir aqui para cumprimentar o vereador pela iniciativa de propor esse projeto. Quero também deixar, publicamente, o meu apoio a essa iniciativa, que eu acho que trará muitos frutos positivos, dada a afirmativa de que está amparado em um processo que já é recorrente no Município, já é uma coisa testada e de costume na Cidade e que interfere de modo a agregar valor para o cidadão de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 096/18.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso presidente, Ver. Janta; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão; é claro que ninguém vai ser contra uma parceria que não prejudique o atendimento médico e que não comprometa a política de saúde da Cidade. Nós temos o órgão regulador, que não só fiscaliza, como pode fazer a Câmara, enquanto COSMAM, como faz o controle social, que é o Conselho Municipal de Saúde. Aqui, a uma certa altura, o autor do projeto diz: “O Conselho Municipal de Saúde deverá ser comunicado antes da assinatura do termo de cooperação”. Eu acho que é o contrário: o Conselho Municipal de Saúde, que é o representante do controle social, tem que dar anuência. Toda e qualquer ampliação de serviço ou mudança na saúde da Cidade, todos sabemos que

passa pelo Conselho, tanto é que tem a prestação de contas trimestral, quadrimestral, quando o secretário vem à Câmara e sempre tem, digamos assim, o lado festivo e o lado crítico. O lado crítico, muitas vezes, ajuda a própria gestão, quando se vende a ideia de uma parceria ser, na verdade, não parceria, mas uma privatização do serviço da saúde. Creio que não é isso que o colega Mendes quer. Nós estamos fazendo uma emenda e pedimos a colaboração dos colegas vereadores para aprová-la, para que, quando houver uma doação, que ninguém é contrário... Se, por acaso, um gestor privado quiser adotar uma unidade de saúde, como se dará a gestão da unidade de saúde? É uma contrapartida em função de um empreendimento? Ou é uma forma de poder a empresa ou entidade filantrópica prestar um serviço para o Poder Público através de uma adoção e comprovar ali, em tese, sua filantropia? Coisa que acontece, é real hoje na Cidade. Isso acontece já com vários hospitais filantrópicos, e está funcionando muito bem em muitas unidades de saúde. O que nós estamos querendo – inclusive o Ver. Mauro está propondo uma outra emenda – é que se especifique que adoção é essa: se é de equipamento, se é de reformas. Eu tenho certeza de que todo mundo entenderá, mas poderá deixar em dúvida se não passar para o órgão fiscalizador, que é o Conselho Municipal de Saúde.

Portanto, eu reforçaria esta emenda feita pela nossa bancada no sentido de que o Conselho Municipal de Saúde dê anuência para esta doação especificada, quando isso acontecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 096/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas, eu estava inscrito antes de o Ver. Oliboni falar, tinha sinalizado para o presidente, mas o Ver. Oliboni, meu companheiro de partido, já elencou aqui os principais temas. Eu queria lembrar a fala do Ver. Cassiá. O Ver. Cassiá começou dizendo que ele já doou equipamentos, já fez doações para a Prefeitura ligadas ao esporte. Portanto, o primeiro ponto é dizer para toda a sociedade, se é que alguém está nos assistindo e ouvindo, que é possível fazer doações para o Poder Público. Aliás é desejável que haja uma mobilização da sociedade para que auxilie, participe, faça o seu papel-cidadão, que é também doando, como o Instituto Floresta, que fez uma doação de viaturas para a Brigada Militar. Não precisou ter uma lei estadual, pelo menos, no meu conhecimento, para embasar essa doação. Ou seja, a doação é bem-vinda, é, inclusive, necessária.

Eu faço apenas um registro, acho que não vale a pena um debate sobre o tema. Talvez a palavra “adoção”, como nós temos uma política de adoção de praças na Cidade, na área da saúde não seja o termo adequado. Talvez, no futuro, nós possamos repensar essa expressão, porque eu acho que entre uma praça e um posto de saúde, uma Unidade Básica de Saúde, há uma grande diferença.

O projeto já se preocupou em tratar do tema da publicidade, coloca a proibição da publicidade. Eu acho que aqui o Ver. Mendes acerta, obviamente não é só com a publicidade que nós estamos preocupados. Nós sabemos que há um grande, chamaria assim, trabalho de influência dos laboratórios sobre os médicos em unidades de saúde para colocar seus medicamentos, medicamentos produzidos pelos seus laboratórios. Então, vejam: se quer, sim, doação; se quer, sim, mobilização da sociedade civil, mas não se quer que os serviços de saúde, que são universais e gratuitos, sejam de alguma forma aprisionados ou direcionados pelo poder econômico, uma diferenciação importante.

Por fim, o projeto não tem, eu estava folheando e achei que teria alguma manifestação do Conselho Municipal de Saúde, mas não tem. Portanto, fizemos essa emenda, que nos parece totalmente democrática: escutar, ter a concordância do Conselho Municipal de Saúde para poder anuir, para dar concordância ao Município para que ele possa assinar o termo de cooperação, que é a estrutura jurídica que viabilizará esse programa. Basicamente é isso, entendemos que, sem essa condição, não se pode concordar com o projeto. Precisamos da concordância do Conselho Municipal de Saúde, que tem uma visão e uma discussão democráticas em Porto Alegre. O nosso Conselho tem uma tradição forte e uma atuação muito forte e precisa, necessariamente, ser ouvido. Fica o nosso pedido de apoio, não discutiremos especificamente a emenda, apesar de estar destacada, mas pedimos o apoio a essa emenda que, para nós, é condição para a votação do projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLL nº 096/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 096/18 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 02, de autoria da bancada do PT, ao PLL nº 096/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 096/18 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 096/18.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLL nº 096/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 096/18 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelos Ver. Professor Wambert e outros, a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 096/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 14 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 096/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 096/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL 096/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 03 **ABSTENÇÕES**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando o adiamento da discussão do PLCL nº 048/17 por duas sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja incluída na priorização de votação da Ordem do Dia de hoje a discussão, em 2ª sessão, do PELO nº 012 /17.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento de autoria do Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2355/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 012/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que inclui parágrafo único no art. 29 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre a disponibilização, pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, de suas demonstrações financeiras anuais na internet, até o final do primeiro quadrimestre do ano subsequente, com acesso irrestrito à população.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Valter Nagelstein: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 129 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 04-12-17.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em discussão, em 2ª sessão, o PELO nº 012/17. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Apenas para esclarecer os colegas, pois já faz algum tempo que não falávamos a respeito desse projeto. Ele é do ano passado, de 2017, 25 vereadores assinaram junto com o autor do projeto, que trata da disponibilização dos demonstrativos financeiros, ao final do quadrimestre, das estatais do Município. Por se tratar de um projeto de emenda à Lei Orgânica, exige duas sessões de discussão. Com isso, agradeço também a todos os colegas que anuíram, para que pudéssemos fazer transcorrer em 2ª sessão de discussão, para permitir que, em breve, possamos votar esse projeto, que é de grande relevância para a cidade de Porto Alegre, que avança no sentido da transparência, e que teve o apoio amplo desta Casa. Se não me engano, todos os partidos assinaram esse projeto como coautores. Agradeço a atenção e fico à disposição para que possamos sanear qualquer dúvida a respeito do mesmo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PELO nº 012/17.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; o Ver. Camozzato sabe do meu apreço por esse tema. Tem total, integral apoio, até porque, dias atrás, falei aqui e volto a repetir: a transparência da Prefeitura está obnubilada. Parece um dia de neblina em São Francisco de Assis, não se veem cinco palmas à frente do nariz. Ou seja, nada é transparente, Ver. Robaina, nada é transparente! Talvez melhor fosse dizer que é como em Londres, o *fog* londrino, porque fica distante, você não consegue adentrar no que a Prefeitura faz ou deixa de fazer, Paulinho Motorista! Não consegue! Tentemos entrar no *site* da Prefeitura e descobrir quais são, de fato, as questões orçamentárias da EPTC. Aquilo que interessa ao cidadão está escondido. Tem várias coisas escondidas. Eu quero saber quantos cargos de confiança existem de fato sem precisar procurar secretaria por secretaria, Diário Oficial por Diário Oficial. Quantos carros locados existem nas várias secretarias? Quando esta administração entrou e se apossou do paço municipal, a discussão era: “Tem muito gasto com telefone, com material de expediente, com viagens, com diárias”. Mas, tchê, quantas viagens foram feitas pelas pessoas da Prefeitura no último período, a começar pelo prefeito? Só tinha um secretário nas gestões passadas que ganhava de todo mundo. Ele era da EPTC, e nós o apelidamos de Luiz Afonso Viajando Senna. Era o próprio viajando: viajava, viajava, falava de ruas de Leeds, na Inglaterra; de Londres, na Inglaterra; agora, ruas de Porto Alegre, que é bom, neca pau, não conhecia! Nós temos que conhecer a nossa Cidade, cidade é para as pessoas, precisamos dar dignidade para essas pessoas, para isso tem que ter

transparência. Qual o trabalho que está sendo feito com os moradores de rua? Se eu quiser qualquer relatório, Ver. Nedel, não tenho. Mas eu já sei que terá um parecer favorável a esse orçamento fantasma da Prefeitura. É fantasma, não é? Novecentos e poucos milhões de reais de receitas extraordinárias especiais. É um esoterismo brutal! É uma coisa incrível! Uns OVNI's devem baixar em Porto Alegre e trazer dinheiro, não é? Agora festeja o Município, festeja o Estado, porque parece que o ICMS vai continuar sendo cobrado de forma escorchante. Santa Catarina, aqui do nosso lado, tem ICMS menor que nós, tem estradas com boa pavimentação, e aqui nós temos a Capital dos Buracos! Por sinal, domingo, às 10h, vamos estar todos no Largo Zumbi dos Palmares, para fazer o rali da Capital dos Buracos, uma promoção da Associação Brasileira dos Usuários de Rodovias. Louvo essa entidade por ter tomado essa iniciativa, porque uma pessoa me ligou perguntando o que teria que fazer para entrar com um processo administrativo na Prefeitura, pois tinha detonado o carro e gastado mais de mil reais. Falem com os taxistas. Dia 20, vai ter reunião, finalmente, da CUTHAB e da CCJ juntas. Janta, Dr. Thiago, Adeli, Mendes Ribeiro, nós vamos estar lá para ouvir os taxistas, que não aguentam mais: detonam os carros nos buracos, e a Prefeitura cada vez exige mais, exige mais, exige mais.

Nesse sentido, eu sou por aprovar o projeto do colega Camozzato: transparência já, sem enrolação, sem neblina na frente dos nossos olhos. Temos que olhar no computador e saber o que existe. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Não há mais quem queira discutir. Está encerrada a discussão, em 2ª sessão, do PELO nº 012/17.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja incluída na priorização de votação da Ordem do Dia de hoje a votação do Requerimento nº 084/18, que requer que seja encaminhada moção de apoio para que as matérias legislativas que envolvam o Postalis e seus planos possam merecer a atenção e comprometimento das estruturas políticas federais, visando mitigar os impactos danosos que já vêm sendo arcados pelos aposentados e aposentáveis da ECT, que já se somam em mais de 140 mil participantes e assistidos em todo o território nacional.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 084/18 – (Proc. nº 1272/18 – Ver. João Carlos Nedel) – requer seja encaminhada Moção em apoio “para que as matérias legislativas que envolvam o Postalis e seus planos possam merecer a atenção e comprometimento das estruturas políticas federais, visando mitigar os impactos danosos que já vêm sendo arcados pelos aposentados e aposentáveis da ECT, que já se somam em mais de 140.000 mil participantes e assistidos em todo território nacional”.

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Em votação o Requerimento nº 084/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD) – às 16h38min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; quero pedir à minha assessoria que coloque a imagem do ginásio incompleto da Escola Prof. Gilberto Jorge Gonçalves da Silva.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu queria mostrar aos Srs. Vereadores, com essa imagem, que esse ginásio está praticamente completo. A nossa comissão esteve lá, olhou o ginásio, a escola não tem nenhum lugar para fazer prática esportiva, é a Escola Prof. Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, em Ipanema. Ver. João Bosco Vaz, nós, que temos experiência no esporte, consultamos a diretora e perguntamos se ela entendia que podíamos negociar com a Prefeitura para aplainar, botar uma areia, botar uma goleira e as telas de proteção do lado, assim nós teríamos o ginásio praticamente em condições de a garotada praticar esporte. Olhem o ginásio com cobertura, com tudo, novinho: parado. O construtor desistiu, porque a Prefeitura não pagou, não está pagando e não sabe quando vai pagar. Lamentavelmente, eu imagino quantas obras dessa natureza tem no Município. O conselho da escola deu anuência para que nós falássemos. Eu contatei com a Secretaria de Esporte, com a Secretaria de Educação, contatei com os engenheiros que concordaram que poderia ser feito, mas, até agora, nada. Essa é a parceria, João Bosco, que nós falávamos aqui e que nós fizemos quando secretário. Eu vi aqui o líder do governo citando uma participação dos carros da Fórmula 1 na orla com a iniciativa privada, bem-vinda! Mas façam parcerias também entre as secretarias, é o que está faltando! Secretários sem poder, secretários sem iniciativa! Ora, será que é difícil aplainar ali? Eu consigo areia. Colocar uma goleira,

tem fábrica de goleira na Secretaria de Esporte. Tem tela na SMAMS, se não tiver, é uma vergonha; se não tiver tela na SMAMS, é uma vergonha! Simples: está chegando o final do ano, e nós não vamos ter... Olha, quero dizer aqui com a maior claridade: as duas secretarias pertencem ao meu partido, é uma vergonha. Pertencem ao meu partido! É para o cidadão ver como nós estamos com dificuldade de nos relacionarmos com a Prefeitura e de ela fazer simples questões numa escola. Escola Gilberto Jorge, em Ipanema, na Zona Sul da Cidade. Mas para fazer um evento na orla, bom, aí o empresário paga, tudo acontece, sobra dinheiro, não sou contra, está muito bonito aquilo ali. Mas tem que cortar a grama daqueles campinhos, tem goleira ali que pode tirar, porque não é mais campo de futebol. Já falei também, a secretaria é do meu partido e não fez! É uma vergonha! Aí querem contribuição, querem que a gente apoie o governo?

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): V. Exa. tem muito interesse, se dá bem com o governo, então, passe uma mensagem para nós: Escola Gilberto Jorge em Ipanema. A nossa comissão foi lá, nós queremos essa alternativa, e até agora não aconteceu nada, nada. É só colocar as goleiras, aplainar, botar areia, que até eu até consigo, e botar tela, com a SMAMS. Aí teremos uma quadra para a gurizada praticar esportes. Pelo amor de Deus, como é difícil fazer as coisas em Porto Alegre! Como é difícil, João Bosco Vaz, fazer as coisas em Porto Alegre! Aí a Câmara é culpada.

Olha, tem tanta coisa, Ver. Adeli, para fazer nesta Cidade; é simples, começa. Só em acabamento tem mais de 70%. Neste momento, eu fico envergonhado, nós todos, tenho certeza, ficamos, porque a gente quer ajudar, mas não sente nenhuma reciprocidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; eu ocupo este período de Comunicações para fazer uma referência do quanto a Cidade se ressentiu de uma ação mais efetiva da Guarda Municipal. Não por falta de atitude do atual efetivo ou do atual comando da Guarda, mas é pela precariedade dos equipamentos e também do próprio efetivo que nós enfrentamos algumas situações que merecem uma atenção especial por parte da Prefeitura. Veículos importantes de comunicação, Ver. Cassiá, neste último feriado, deram conta de que a ausência da Guarda ou a ausência da utilização de recursos tecnológicos, como os que estão disponíveis no Ceic, a ausência de integração da Prefeitura com o governo do Estado... Eu me recordo que, no ano passado, participamos de uma cerimônia no Palácio Piratini em que foi lançado o SIM – Sistema de Segurança

Integrada com Municípios do Rio Grande do Sul, e o município-símbolo de adesão ao SIM naquele momento, entre outros, foi Porto Alegre. Mas, até hoje, nós não sabemos, nem a sociedade, tampouco os vereadores, quais foram os requisitos realmente atendidos pela Prefeitura no SIM. No feriado, nós tomamos conhecimento de que unidades de saúde em Porto Alegre fecharam 75 vezes, em 2018, pela falta de segurança. E não só o que saiu na imprensa, mas também há relatos que nós recebemos da população, relatos que nós recebemos de servidores – médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, demais profissionais – que abandonam seus postos de trabalho, pedem transferência ou, simplesmente, se exoneram, porque não se sentem seguros para exercer o seu trabalho naquele local. A Guarda Municipal não tem o que responder, e a Prefeitura muito menos, sobre esses fatos que ensejaram o fechamento 75 vezes, em 2018, de postos de saúde em Porto Alegre. Todos eles estão em regiões conflagradas da Cidade. A Ver.^a Comandante Nádia sabe muito bem disso, e aí o tema da integração é fundamental. Se uma região da Cidade é conflagrada e ela tem uma unidade básica ou um pronto atendimento, bom, então, mais do que nunca, a integração da Guarda Municipal com as forças policiais do Estado se impõe, mas isso não vem ocorrendo.

O mesmo vale para os dois episódios de agressão: um na Escola Grande Oriente, no Rubem Berta, e outro na Escola Afonso Guerreiro Lima, na Lomba do Pinheiro. Lá professores foram agredidos. Aí podem até ideologizar o assunto, mas não tem nada a ver com ideologia isso, muito pelo contrário, tem a ver com política pública que não está sendo executada. Dou um exemplo concreto: as atividades extracurriculares, as atividades do contraturno, que eram, até 2016, desenvolvidas nas escolas municipais, simplesmente acabaram. A Coordenação de Educação Ambiental, que estimulava a criação dos LIAUs – Laboratórios de Inteligência do Ambiente Urbano –, nós tínhamos mais de 50 funcionando na Cidade, acabou. O Núcleo de Educação Artística acabou, as aulas de música acabaram. Então, os jovens, os adolescentes, no seu contraturno, acabam indo para a rua, ficam em contato com a criminalidade e acabam trazendo aquele ambiente hostil para dentro da escola, o que enseja essa insegurança. E também falta a Guarda! Aí a Prefeitura acha que colocar... Louvável a atividade profissional dos porteiros, mas os porteiros que foram recentemente contratados por meio de uma licitação não são os responsáveis, por lei, pela promoção da segurança nas escolas municipais, é a Guarda. Boa parte dessas escolas já tiveram câmeras de monitoramento instaladas, e a Prefeitura diz que colocou lá no Ceic um servidor. Mas está fazendo o que esse servidor no Ceic, meu Deus? Esta fazendo o quê? Qual é a informação que ele passou para a Guarda? Qual é a informação que dali, da Guarda, foi para a Brigada? São dois fatos que dizem respeito à competência da Guarda Municipal...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): ...unidades de saúde que 75 vezes, este ano, fecharam e casos de violência extrema nas escolas municipais. Isso não dá para empurrar com a barriga: é com a Guarda Municipal.

Quero anunciar que estou reapresentando uma emenda à lei orçamentária que foi objeto de absoluto silêncio do governo. Ela foi aprovada, vetada, e o veto derrubado, para que se chamem cem novos Guardas Municipais dos 294 aprovados no último concurso realizado pela Prefeitura. Aí o governo, no Pedido de Informações que fizemos, apenas disse que havia prorrogado o concurso; ao menos isso. Também faço uma pergunta ao governo: a secretária é interina ou é titular? Desde que saiu o titular, Kleber Senisse, nós não tivemos informação se a secretária está na interinidade ou na titularidade.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. André Carús, parabéns pela sua manifestação. É tão verdade isso, havia Guardas Municipais nas escolas. Coisa que não entendo: por que a guarda não está mais cuidando, fazendo a segurança das escolas? Porque é competência – era até então, até este governo – da Guarda Municipal cuidar do patrimônio público. Escola é um patrimônio público, eu não consigo entender. Quero registrar que tenho tramitando na Casa um projeto de minha autoria que aumenta a competência da Guarda Municipal. Muito obrigada.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. Para concluir, nós vamos reapresentar e protocolamos hoje essa emenda. Tenho certeza de que, com o apoio dos colegas, vamos aprová-la novamente. E governo tem que fazer valer o seu discurso de campanha, de que a segurança era uma das prioridades. Reconheço que há um acréscimo importante nos percentuais de investimento em saúde e educação para a lei orçamentária de 2019, mas não se tem notícia de nenhum acréscimo no que diz respeito à segurança. O jogo de empurra com o Estado já não tem mais espaço, principalmente agora, que o governador será do mesmo partido do prefeito, aí quero ver as ações integradas acontecendo de fato. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Janta, colegas vereadores e vereadoras; o vereador que me antecedeu já fez um *pout pourri* dos problemas da cidade de Porto Alegre, e continuo nesse mesmo diapasão. Colega Carús, eu quero saber onde está o secretário de Educação. Quando ele é convocado pela CCJ, não aparece, não é isso, Ver. Janta? (Pausa.) A escola que o Cassiá mostrou, abandonada; uma na Leste e uma na Norte com violência. Onde está o Secretário Adriano? Essa é a pergunta que os professores fazem, porque ele exige algo diferente da tradição

construída coletivamente por professores e comunidade escolar, mas ele nunca tem tempo para estar aqui na Câmara dialogando conosco. Pelo contrário, foge como o diabo foge da cruz. Esta é a Secretaria de Educação de Porto Alegre! Depois vem com uma história de que nós temos que trabalhar a questão da educação. Já estou vendo o que se avizinha por aí. Nós faremos esses debates, mas vou mais longe. Hoje vou falar de um tema muito caro para o meu colega Carús, que falou há pouco aqui: a questão dos resíduos sólidos. Mais uma vez, Ver. Carús, atrasos e atrasos nos recursos para os galpões de reciclagem! Não há uma política de incentivo. Aí sou surpreendido, na semana passada, pelos novos contêineres que vieram a Porto Alegre para o lixo seco, o lixo de reciclagem. Eu imaginava que, depois de muitos debates aqui realizados, a gente teria uma cópia de Caxias do Sul, que, há décadas, tem contêineres separados: lixo orgânico do lixo reciclável com boca de lobo. O que é boca de lobo? Você enfia o lixo para dentro e não tira mais. Lá os galpões de reciclagem têm latinhas, tem todo o lixo nobre descartável nos galpões de reciclagem, não tem lixo espalhado pela cidade! Podemos ir para Caxias, não tem lixo espalhado pela cidade. Aqui não! O lixo está espalhado pela Cidade, porque a melhor parte do lixo é captada e é trocada, muitas vezes, por reles reais ali na Voluntários da Pátria, quando não trocada por *crack*. Aqui também tem outra questão: no início do governo, desta gestão, o diretor do DMLU começou a fazer uma dura fiscalização nesses galpões clandestinos da Voluntários da Pátria. Não demorou muito, ele caiu, ou melhor, ele foi embora, não aguentou. Se nós pegarmos a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a antiga SMIC, mais a Vigilância Sanitária, fecham todas essas baiucas da Voluntários da Pátria! Fecham tudo! Agora não, os galpões de reciclagem que são do povo da periferia precisam seguir essa, aquela, mais aquela e aquela outra norma; aqui no Centro de Porto Alegre, a Voluntários da Pátria, perto do Viaduto da Conceição, é um local em que se armazena lixo, resíduos. Quem é que ganha com isso? Alguns atravessadores. Mas isso a base do governo não enxerga, não tem ninguém aqui no plenário, neste momento, que defenda o governo. Não tem ninguém! O último que defende o governo acabou de sair! Líder do governo, vice-líder do governo, o que chega aqui e passa todo o tempo bajulando o governo, todos sumiram – todos sumiram! É verdade! Não tem ninguém que defende o governo aqui dentro, sumiram todos. É uma calamidade, a questão dos resíduos sólidos é uma vergonha.

Nós dialogamos, na semana passada nós discutimos com o governo municipal, com o vice-prefeito, diga-se de passagem, a questão do mobiliário urbano. E nos garantiram que, até quarta-feira ao meio-dia, vem a posição do governo, porque quarta, no início da tarde, faça chuva ou faça sol, nós vamos pedir urgência urgentíssima para votar o mobiliário urbano ainda neste mês de novembro. Nós queremos uma cidade para as pessoas, nós queremos uma cidade inclusiva. Custe o que custar, faremos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 3141/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 363/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que tomba como patrimônio histórico imaterial e material do Município de Porto Alegre a Companhia Carris Porto-Alegrense e a área localizada na Rua Albion, 385, sua sede. **Com Emenda nº 01.**

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Agradecemos a todos os funcionários da Casa – a Taquigrafia, a imprensa, o pessoal que assessora a Diretoria Legislativa –, a todos os colaboradores das bancadas, dos gabinetes dos vereadores e aos vereadores. Tivemos uma sessão tranquila e calma na tarde de hoje, que Deus abençoe e ilumine a todos nós. Muito obrigado, vão em paz.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h.)

* * * * *